



POVOS INDÍGENAS

Em nome de Nossa Senhora

Chicão cumpriu a promessa de trabalhar até a morte pelos parentes.

No dia 20 de maio de 1998, cinco tiros calaram a voz de Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como Chicão, aos 46 anos. Uma morte anunciada. O cacique dos Xucuru vinha recebendo constantes ameaças. Por mais de uma vez, avisou às autoridades e pediu proteção.

O assassinato, ocorrido na porta da casa de sua irmã, no bairro Xucuru,

“A promessa que eu fiz era que eu ia trabalhar para meus parentes até a hora de morrer, enquanto eu tivesse vida.” Um mês e pouco depois, estava curado. Era hora de cumprir o prometido.

em Pesqueira, Pernambuco, chocou pela crueldade. O enterro do cacique, sob intensa comoção, reuniu mais de 3 mil pessoas.

RETOMADA DA TERRA – Os Xucuru têm hoje uma população estimada em 7.500 índios, espalhados em 23 aldeias. Além de cacique, Chicão participava da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname).

Sob sua liderança, desde 1986, os Xucuru iniciaram a luta pela demarcação dos limites tradicionais de suas terras, uma área total de 26.980 hectares.

Para apressar esse procedimento, intensamente marcado por disputas políticas, Chicão liderou os indígenas em pelo menos cinco retomadas, que tiveram como consequência a recuperação de mais de 2 mil hectares de terra.

O cacique Chicão (primeiro à direita) na fundação do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, o Capoib, em 1992: "Lutando organizados é que a gente consegue alguma coisa".

É pouco, se considerado o total da terra. Mas é suficiente para ajudar a resgatar a auto-estima de um povo que reencontrou o caminho da luta.

"POVOS PACÍFICOS" – Chicão, que saiu de Pesqueira em 1975 para trabalhar em São Paulo, viajou o país como trabalhador da construção civil. Tendo um dia voltado a Pernambuco para tratamento médico, descobriu que estava com leucemia. Restava-lhe pouco tempo de vida, avisaram os médicos.

De volta da Guerra do Paraguai, receberam do governo imperial a promessa dos documentos das terras onde viviam. Acreditaram numa promessa que nunca foi cumprida.

Numa entrevista concedida ao Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco, revelou que a doença o levou a fazer uma promessa a *Tamaim* (Nossa Senhora das Montanhas). "A promessa que eu fiz era que eu ia trabalhar para meus parentes até a hora de morrer, enquanto eu tivesse vida."

Um mês e pouco depois, estava curado. Era hora de cumprir o prometido. E não foi fácil, desde o início. A comunidade xucuru sobrevivia em apenas 6 hectares de terra, pertencentes ao Posto Indígena da Fundação Nacional do Índio, a Funai.

Nesse período, nos relatórios da entidade, os Xucuru eram chamados de "povos pacíficos", porque sabiam conviver "em harmonia" com os não-índios.

PROMESSA VAZIA – Chicão iria provar que tanta harmonia nunca existiu, e não por culpa da comunidade indígena. Começava ali a batalha contra o latifúndio e contra o sofrimento por seguidos períodos de seca, descalço e abandono.

Por mais de uma vez na história, os Xucuru deram provas de que são bons de briga. Sua participação na Guerra do Paraguai, no século passado (1864-1870) – para a qual foram recrutados à força –, ainda povoa sua memória. Os Xucuru lembram até hoje o episódio, em seus rituais e nas histórias que contam.

Alguns deles receberam condecorações. De volta para casa, os combatentes recusaram a recompensa em dinheiro oferecida pelo governo imperial. Preferiram os documentos das terras onde viviam.

Acreditaram numa promessa que nunca foi cumprida. Tiveram que assumir a luta pela sobrevivência e por um pedaço de chão que um dia foi só deles.

CONSTITUINTE – Tão importante quanto a participação dos ancestrais na Guerra do Paraguai foi o engajamento da comunidade nas discussões para a Constituinte de 1988, costumava lembrar Chicão em seus depoimentos.

Era urgente a união de todos os povos indígenas para a defesa de seus direitos na Constituição que o país estava elaborando. Chicão disse que começou a se interessar pela demarcação das terras. "Até então, eu achava que o trabalho da gente de cobrar a terra era irregular, era fora da lei".

Os Xucuru então se levantaram contra a implantação de projetos



PORANTIM/REPRODUÇÃO

Palavra de cacique

Há uns dez anos, os encantados na pajelança falaram que tinha uma pessoa para ser uma liderança na área. Aí, disse para o pajé que era eu."

"Aí, conversando com um missionário, ele começou a explicar aos pouquinhos o valor que o índio tem, o direito que o índio tem e a obrigação que o governo tem para com os índios."

"Comecei a me interessar pela demarcação de terra porque, até então, eu achava que o trabalho da gente de cobrar a terra era irregular, era fora da lei."

"Veio a Constituinte de 88, e era importante a gente debater com deputados e senadores. Mas eu era atrasado, o cacique também era atrasado e, lá em Brasília, de cara, me botaram para abrir as portas do Congresso Nacional, nos trabalhos da Constituinte, e eu topei essa barra pesada. Não conhecia o Congresso, não conhecia a Funai, mas enfrentei o debate."

"A perseguição cresceu cada vez mais, fizemos muita pressão e conseguimos delimitar e demarcar a área."

"Existe um interesse muito grande dos fazendeiros, de muitos políticos que se sentem poderosos, desses grandes latifundiários, dessas empresas multinacionais, que hoje está complicando totalmente a vida do índio no Brasil."

"Nunca gostei de prometer nada a ninguém, porque nada eu tenho para prometer, nunca tive, nem meus parentes. A gente trabalha, e a conversa é a seguinte: 'Vamos trabalhar juntos, lutar juntos, pois lutando organizados é que a gente consegue alguma coisa'. Então, isso é o mesmo trabalho de um vereador, de um prefeito, de um deputado."

"A gente não tomou conta de nada, a gente apenas vai atrás de uma coisa que a gente sabe que tem direito."

Trechos de entrevista concedida ao Centro de Cultura Luiz Freire, de Pernambuco.

A pressão indígena não deixou o plano da Sudene sair do papel. Com isso, Chicão e outras lideranças indígenas entraram para a lista de condenados pelos fazendeiros da região.

agropecuários na área reivindicada. Promovidos pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), esses projetos deviam beneficiar a empresa Vale do Ipojuca.

A pressão indígena não deixou o plano da Sudene sair do papel. Com isso, Chicão e outras lideranças indígenas entraram para a lista de condenados pelos fazendeiros da região.

Surgiram então os aliados, que se juntaram ao Conselho Indigenista Misionário (Cimi) para reforçar a causa dos Xucuru.

Com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco,



Na Assembléia Legislativa de Pernambuco, ao lado do bispo Tiago Postma, em 1990: "O direito que o índio tem e a obrigação que o governo tem para com os índios".

o Ministério Público Federal instaurou um inquérito para apurar a omissão da Funai na história. O órgão do governo teve então que começar o processo de demarcação da área.

DAVI CONTRA GOLIAS – Em março de 1992, o então presidente da Re-

pública, Itamar Franco, reconheceu o relatório elaborado por um grupo de trabalho instituído pela Funai, comprovando que os Xucuru são os verdadeiros donos de uma área de 26.980 hectares.

Até hoje, porém, a área não foi homologada (penúltima fase do processo de demarcação, que consiste na assinatura do decreto pelo presidente da República).

Integrantes do Cimi da região afirmam que o processo não avança devido à forte pressão exercida por fazendeiros e famílias influentes da região, entre elas a do vice-presidente da República, Marco Maciel.

Guerreiros dos bons, os Xucuru não desistem dessa luta de Davi contra Golias. Chicão deu o exemplo.

No início de junho, 45 representantes da comunidade estiveram em Brasília para cobrar do governo a homologação da área. E também maior empenho na apuração do crime contra o cacique, além de garantia de vida para 21 líderes ameaçados de morte.

É gente que, como dizia Chicão, "apenas vai atrás de uma coisa que sabe que tem direito". – (Com informações do Cimi) ■

Anistia responsabiliza governo brasileiro

A morte de Francisco de Assis Araújo é apenas o exemplo mais recente do fracasso do governo brasileiro em imprimir determinação política a seu compromisso constitucional de proteger os grupos indígenas.

A afirmação, contida no documento "Brasil: líderes indígenas marcados para morrer", expressa a indignação da Anistia Internacional e responsabiliza a edição do Decreto 1.775/96 pelo assassinato do cacique Chicão.

O decreto introduziu o chamado direito de contraditório no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas. Os favorecidos foram os invasores de terras.

Com isso – como denunciou repetidas vezes o Conselho Indigenista Missio-

nário (Cimi) – aumentou não apenas a intranquilidade, como também as agressões contra os índios.

A Anistia destaca que, em 1993, o relatório intitulado "Nós somos a terra: a luta dos povos indígenas no Brasil por seus direitos humanos" já apontava mais de vinte casos de agressão, assassinato e chacina de indígenas. "Nesse período, apenas um dos casos resumidos naquele documento chegou a julgamento, e o resultado foi uma absolvição."

Segundo a Anistia, a ausência de arbitragem adequada nas disputas favorece a violência contra os indígenas. O documento relata que o cacique Chicão, possivelmente, foi a terceira pessoa assassinada nos últimos seis anos na disputa pelo território xucuru.